



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2024

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 3.000/2023, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, Instrução Normativa RBF nº 1.234/2012 - Decreto Municipal nº 2.914/2023, de 23/02/2023 e demais legislações aplicáveis.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

TIPO DE JULGAMENTO: "MENOR PREÇO POR LOTE"

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: a partir das 09:00 horas do dia 15/05/2024 até as 08h30min do dia 03/06/2024

ESCLARECIMENTOS: até às 15:00 horas do dia 27/05/2024

LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO: até às 23h59min do dia 27/05/2024

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 03/06/2024, as 08h:30min

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00horas do dia 03/06/2024

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: <http://blcompras.org.br> "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS: Avenida Getúlio Vargas, nº 308, Centro, Itaipópolis – SC. Agente de contratação: Helen Scarlet Schneider – nomeada pelo Decreto nº 3.142 de 29/02/2024 e sua Equipe de Apoio. E-mail: cpl@itaiopolis.sc.gov.br - Telefone: (47) 3652 2211 (ramal 248).

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto contratação de empresa para prestar serviços de seguros para veículos pertencentes à Frota do Município de Itaipópolis, em uso nas Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Assistência Social, conforme descrição dos itens no Termo de Referência e nas condições fixadas neste edital e seus anexos.

1.2. Em casos de incoerência e discrepâncias entre as especificações deste objeto descritas na plataforma eletrônica www.blcompras.org.br e as constantes deste instrumento convocatório, prevalecerão as deste Edital de Licitação.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões**.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município de Itaipópolis, denominado agente de contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da **Bolsa de Licitações e Leilões** (<http://blcompras.org.br>).

2.3. A proponente arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços e operacionalização e uso do sistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

2.4. Dúvidas em relação à operacionalização do sistema, como forma de anexar documentos ou operar durante a fase de disputa, por exemplo, devem ser direcionadas diretamente ao suporte da plataforma, não havendo conhecimento técnico dos servidores para prestar tais informações.

3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

3.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação (conforme artigo 68, Inciso II da Lei 14.133/2021) e que estiverem previamente credenciadas perante o sistema eletrônico provido pela plataforma BLL, por meio do site <https://bll.compras.org.br>.

4.2. A proponente deverá estar credenciada, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas e documentação.

4.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e nas condições mencionadas neste Edital.

4.4. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO:

a) Empresas impedidas de contratar com o Município de Itaipópolis, do Estado de Santa Catarina, conforme estabelece o inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

b) Empresas impedidas de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de Santa Catarina, conforme estabelece o inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

c) Empresas declaradas INIDÔNEAS para contratar com a Administração Pública de todos os entes federativos, conforme estabelece o inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

d) Empresas estrangeiras que não tenham representante legal no Brasil;

e) Empresa ou Pessoa Física autora do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando for objeto de licitação para contratação de obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, inclusive quando tratar-se de empresas integrantes do mesmo grupo econômico, conforme estabelece o inciso I do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

f) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando tratar-se de obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, conforme estabelece o inciso II do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

g) Empresas cujos sócios tenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme estabelece o inciso IV do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

h) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, conforme estabelece o inciso VI do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

i) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si, conforme estabelece o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

j) Empresas que estejam reunidas em Consórcio.

5. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

5.1. A participação do proponente no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.2. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do proponente, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

5.3. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BLL - Bolsa De Licitações e Leilões**.

5.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BLL - Bolsa de Licitações e Leilões** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.6. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

5.7. O proponente responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.9. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através de empresa associada ou da Bolsa de Licitações do Brasil, por contato pelo telefone (41) 3097-4600 ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

6. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Os proponentes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com os preços, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para recebimento da proposta.

6.1.1. Os proponentes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a data e horário fixado para recebimento das propostas.

6.2. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.3. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.4. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o proponente poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.4.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

6.4.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.5. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.5.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

6.6. Caberá ao proponente interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.7. O proponente deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.8. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

6.9. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

6.10. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos, conforme estabelece o § 3º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/21.

6.11. Os licitantes deverão informar corretamente o valor total de suas propostas, tanto o valor unitário quanto o valor total do item, inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

7. MODO DE DISPUTA - ABERTO

7.1. Será adotado o **modo de disputa aberto**.

a) A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

b) A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

c) Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nas alíneas “a” e “b”, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.2. No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às proponentes para a recepção dos lances, retornando o agente de contratação, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

7.3. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação expressa, através de publicação no Site do Município, divulgando data e hora da reabertura da sessão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8. DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.1.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte para usufruírem dos benefícios de que trata o item 8.1 acima, DEVERÃO apresentar DECLARAÇÃO informando que ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública que extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.2. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1o e 2o do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

8.3. Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do proponente declarado vencedor deverá ser encaminhada ao agente de contratação, no e-mail: cpl@itaiopolis.sc.gov.br, no prazo de até 3 (três) horas, a contar da solicitação do agente de contratação no sistema eletrônico e deverá ser digitada, de preferência ser assinada digitalmente (sendo gratuito pelo gov.br) pelo proponente ou seu representante legal.

9.2. O proponente deverá apresentar, juntamente com a proposta final ajustada, informações para assinatura do Contrato, conforme Anexo II do Edital.

9.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à CONTRATADA, se for o caso.

9.3.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a CONTRATADA.

9.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos, limitada a 02 (duas) casas após a vírgula e o valor global em algarismos e por extenso.

9.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro proponente.

10. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa competitiva dos lances e após verificada a conformidade da proposta vencedora com as exigências editalícias, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, conforme estabelece o inciso II do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

10.1.1. Os documentos relativos à habilitação, deverão ser anexados pela proponente vencedora, no sistema de compras eletrônicas, endereço <http://bllcompras.org.br>, no prazo máximo de até 3 (três) horas, após solicitado no chat da BLL pelo agente de contratação, sob pena de INABILITAÇÃO.

10.1.2. A fase de habilitação sucederá as fases de abertura das propostas e envio de lances no Sistema de Licitações.

10.2. **Habilitação Jurídica**, por intermédio dos seguintes documentos:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (contrato social e última alteração ou contrato consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

10.3. **Qualificação Econômico-Financeira**, por intermédio do seguinte documento:

a) Certidão Negativa de Feitos sobre Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica e deve estar em plena validade; na hipótese da inexistência de prazo de validade será considerado o prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.

10.4. **Regularidade Fiscal e Trabalhista**, por intermédio dos seguintes documentos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- a) Cópia do CNPJ/MF;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal.
- c) Certidão Negativa de Débito com a Fazenda do Estado (Tributos Estaduais) onde for sediada a empresa.
- d) Certidão Negativa de Débito com a Fazenda do Município onde for sediada a empresa.
- e) Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT.

10.5. **Qualificação Técnica**, por intermédio dos seguintes documentos:

- a) Comprovação de aptidão da proponente, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, de desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente licitação.
- b) Registro na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que é o órgão governamental responsável pela autorização, controle e fiscalização dos mercados de seguros no Brasil.
- c) Declaração contendo a indicação da Corretora de Seguros que atenderá o Município de Itaipópolis na vigência do contrato, e também deverá constar:
 - c.1) Localização da sede da Corretora de Seguros que deverá estar estabelecida preferencialmente no Estado de Santa Catarina, indicação do endereço, telefone, e-mail e nome da pessoa de contato.
 - c.2) Que a Corretora possui estrutura adequada para realização do atendimento a Prefeitura (para realização de Aviso de Sinistro Segurado e Terceiros, Auxílio na Assistência 24 Horas, Duvidas, Cotação de Endossos de Inclusão ou Exclusão, enfim tudo que tiver para realização do devido cumprimento do contrato em questão).
 - c.3) Que não haverá substituição da Corretora de Seguros, salvo por motivos de força maior ou acordo entre as partes.
 - c.4) Cartão CNPJ da Corretora para confirmação do endereço.

10.6. **Outras Declarações**

a) Declaração Unificada – Anexo IV

- a1) Assinalar na Declaração Unificada – Anexo IV, se a proponente se enquadra no regime de tributação de microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

10.6.1. A falsidade da declaração tratada na alínea “a” sujeitará o proponente às sanções previstas no art.º 156 da Lei nº 14.133, de 2021 e neste Edital.

10.7. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a proponente qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora.

10.7.1. A ME/EPP que se declarar como tal, nos termos do Art. 3º da LC nº 123/06 e seu § 4º, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal, mesmo que ainda contenham restrição, entretanto seguindo uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.8. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por proponente qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e seja constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

10.8.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo proponente, mediante apresentação de justificativa.

10.8.2. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do proponente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos proponentes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.9. Os documentos poderão ser apresentados:

- a) em original, por qualquer processo de cópia autenticada;
- b) por publicações em órgãos da Imprensa Oficial;
- c) Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.10. O agente de contratação reserva-se o direito de solicitar das proponentes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

10.11. A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao proponente vencedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

10.12. Se o proponente interessado for da matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for filial, eles deverão ser da filial, à exceção daqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.13. Todos os documentos deverão ser apresentados em plena validade, podendo o agente de contratação e a Equipe de Apoio, realizar consultas on-line via internet, para verificar a sua autenticidade.

10.14. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da proponente, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

10.15. Os documentos de Habilitação (Certidões Negativas) que não constarem, expressamente, as datas de validade serão consideradas válidas por 90 (noventa) dias, contadas de suas datas de emissão.

10.16. É vedada a identificação dos proponentes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão.

11. CONSULTAS

11.1. Para fins de habilitação/contratação, após a divulgação do vencedor, o agente de contratação realizará consulta dos cadastros mencionados a seguir:

11.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

11.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

11.1.3. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/?p=1660:2:::NO:2::>);

11.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.1.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa apontada no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de proponentes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no **art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021**.

12.2. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da proponente qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer proponente manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

12.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do proponente:

a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

b) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais proponentes será de 3 (três) dias úteis, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o proponente declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os proponentes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) e/ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, na plataforma BLL COMPRAS, por meio do sítio <http://bllcompras.org.br>

14.2. O agente de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até **03 (três) dias úteis** contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

14.3. Os pedidos de esclarecimento deverão ser enviados até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para a abertura da sessão pública exclusivamente via internet, na plataforma BLL COMPRAS, por meio do sítio <http://bllcompras.org.br>, ou para o endereço de e-mail: cpl@itaiopolis.sc.gov.br

14.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico em até **3 (três) dias úteis**, contados do recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, para adjudicar o objeto e homologar a licitação, conforme estabelece o inciso IV do art. 71 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

16. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

16.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, assinar o instrumento contratual, ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, conforme estabelece o art. 90 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

16.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração, conforme estabelece o § 1º do art. 90 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

16.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, conforme estabelece o § 2º do art. 90 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

16.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 16.3 acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, de acordo com o que estabelece o § 4º do art. 90 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, poderá:

I - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, conforme o que estabelece o § 5º do art. 90 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

16.6. O Contrato poderá ser assinado na forma digital (eletrônica), de acordo com os critérios estabelecidos pela administração, admitida sua assinatura por outros meios legais.

16.7. Como condição para a sua contratação, a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação previstas no presente edital, prestar as informações solicitadas pelo Município, dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes desta licitação.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado após a entrega das Apólices de Seguro, devidamente certificadas pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado, acompanhado da respectiva nota fiscal, até o 30.º dia consecutivo, após o ateste realizado pela Comissão designada pelo CONTRATANTE por meio de Portaria. A data do referido ateste será a mesma informada na emissão/inclusão do Termo de Recebimento Definitivo.

17.2. A CONTRATADA deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

17.2.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a CONTRATADA adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a CONTRATADA ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do CONTRATANTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

17.3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

17.4. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso a CONTRATADA apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pela CONTRATADA.

17.4.1. Enquanto o CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

17.5. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

17.6. A atualização financeira dos valores a serem pagos terá como base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, contados desde a data final do período de adimplimento de cada parcela até a data do efetivo pagamento.

17.7. Para fins de pagamento, a CONTRATADA, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da CONTRATADA. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

17.8. Para fins de adjudicação, homologação e empenho, o preço do item poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação para menos, resultante da necessidade de serem obtidos valores unitários com até duas casas decimais, sendo que serão desconsideradas todas as casas posteriores à segunda.

18. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

18.1. As despesas decorrentes da execução do objeto, estão programadas em dotações orçamentárias prevista no orçamento municipal para o exercício de 2024.

- ✓ 6 - 14.001.08.244.0014.2069.3.3.90.00.00 Manutenção Geral do Fundo de Assistência Social 1.500.0000.1000
- ✓ 9 - 14.001.08.244.0014.2116.3.3.90.00.00 Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar 1.500.0000.1000
- ✓ 12 - 14.001.08.244.0014.2123.3.3.90.00.00 Bloco de Proteção Social Básica 1.660.0000.1351
- ✓ 16 - 03.001.04.122.0003.2008.3.3.90.00.00 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças 1.500.0000.1000
- ✓ 25 - 03.001.06.182.0031.2128.3.3.90.00.00 Manutenção da Defesa Civil 1.500.0000.1000
- ✓ 27 - 03.001.06.182.0031.2131.3.3.90.00.00 Manutenção do Convênio com o Corpo de Bombeiros Militar 1.500.0000.1000
- ✓ 62 - 04.001.26.782.0018.2017.3.3.90.00.00 Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem 1.500.0000.1000
- ✓ 72 - 04.004.15.451.0022.2020.3.3.90.00.00 Manutenção do Departamento de Obras e Urbanismo 1.500.0000.1000
- ✓ 79 - 05.001.20.606.0023.2046.3.3.90.00.00 Manutenção do Departamento de Agricultura 1.500.0000.1000
- ✓ 81 - 05.001.20.605.0023.2062.3.3.90.00.00 Manutenção da Patrulha Agrícola Mecanizada 1.500.0000.1000
- ✓ 105 - 06.003.13.392.0027.2052.3.3.90.00.00 Manutenção do Departamento de Cultura 1.500.0000.1000
- ✓ 113 - 07.001.12.361.0007.2034.3.3.90.00.00 Manutenção do Transporte Escolar 1.500.1001.1010
- ✓ 117 - 07.001.12.361.0007.2036.3.3.90.00.00 Manutenção do Departamento de Ensino Fundamental – Outros Recursos 1.500.1001.1010
- ✓ 128 - 07.002.12.365.0007.2039.3.3.90.00.00 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Pré-Escola - Outros Recursos 1.500.1001.1010
- ✓ 153 - 07.006.12.361.0007.2035.3.3.90.00.00 Manutenção da Secretaria de Educação 1.500.1001.1010

19. DO REAJUSTE E REALINHAMENTO DE PREÇOS

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento apresentado pela proponente.

19.2. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.2.1. O reajuste deverá ser pleiteado, protocolado no Departamento de Compras e de Licitações do Município, até o término do contrato ou até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não for de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito ao reajuste.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

19.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8. O reajuste ou a repactuação de preços previstos no próprio contrato serão realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

20. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA PROPONENTE VENCEDORA

20.1. A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

20.1.1. Enviar as apólices, de forma eletrônica e impressa, de acordo com prazo e local fixados no Termo de Referência, e cumprir com as condições nela estabelecidas;

20.1.2. Considerar os preços propostos completos e suficientes para a execução do objeto desta contratação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de parte da CONTRATADA;

20.1.3. Arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os serviços, objeto desta contratação;

20.1.3.1. Entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Termo de Referência;

20.1.4. Indenizar terceiros e ao CONTRATANTE os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação, em conformidade com o artigo 120 da Lei n.º 14.133/21;

20.1.5. Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado;

20.1.6. Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

20.1.7. Substituir as apólices em desacordo com as especificações do termo de referência;

20.1.8. prestar informações sobre a execução dos serviços;

20.1.9. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

20.1.10. Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

20.1.11. Não subcontratar o objeto deste contrato, salvo esteja expressamente permitido no Termo de Referência;

20.1.12. Prestar a garantia contratual, manutenção e assistência técnica, caso exigida no Termo de Referência;

20.1.13. Atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos;

20.1.14. Apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de solicitação, documentação relativa aos empregados da CONTRATADA, resultante de ações judiciais, na qual o CONTRATANTE encontra-se no polo passivo da ação;

20.1.15. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

20.1.16. Informar ao setor financeiro da Secretaria requisitante, durante o período de vigência do contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

20.1.17. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro. A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

20.1.17.1. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

20.1.18. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.

20.1.19. Pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

20.1.20. Efetuar o pagamento das indenizações, quando ocorrer sinistro envolvendo os veículos segurados;

20.1.21. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e seus anexos;

20.1.22. A Empresa Vencedora deverá aceitar eventuais inclusões de veículos que venham a ser adquiridos pelo Contratante, com as coberturas definidas pelo Contratante, nos moldes do previsto no objeto do Termo de Referência.

20.1.22.1. Havendo inclusão na apólice, a Contratada terá direito ao recebimento do valor devido, proporcional ao valor de um veículo, nas características da inclusão.

20.1.23. A Empresa Vencedora fica ainda obrigada a transferir o seguro de um veículo para outro, no caso de novas aquisições pelo contratante, caso este venha julgar que a transferência seja mais vantajosa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

20.1.24. Para cada item segurado corresponderá um bônus individual, no caso de renovações. A contratada deverá informar ao Contratante, por escrito, a classe de bônus de cada veículo segurado e o percentual do bônus de cada item, com 30 (trinta) dias de antecedência do término da vigência da apólice.

20.1.25. Ao final do contrato a CONTRATADA se compromete a enviar cotação de preços para a CONTRATANTE para colaborar em futuro processo de licitação ou inexigibilidade.

21. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

21.1. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços;

21.2. Receber as apólices e lavrar termo de recebimento provisório. Se as apólices não estiverem de acordo com as especificações do CONTRATANTE, rejeitá-las, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o termo de recebimento definitivo;

21.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre erros de digitação ou incoerência de informações que possam ser identificadas nas apólices, para que sejam realizadas as devidas correções;

21.4. Comunicar à Contratada a ocorrência de quaisquer sinistros, durante a vigência do Contrato a ser firmado.

21.5. Fornecer à Contratada todas as informações necessárias em relação aos veículos segurados.

21.6. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

21.7. Aplicar à empresa vencedora as penalidades, quando for o caso.

21.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à prestação dos serviços de seguros de veículos, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência

21.9. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

22. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

22.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, caput).

22.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, caput).

22.2.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 1.º).

22.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).

22.3. A CONTRATADA será obrigada a substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei n.º 14.133/21, art. 119).

22.4. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei n.º 14.133/21, art. 120).

22.5. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei n.º 14.133/21, art. 121, caput).

22.5.1. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei n.º 14.133/21, art. 121, § 1.º).

22.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, § 2.º).

22.7. O CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (Decreto Municipal n.º 3.000/2023).

22.8. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do fornecedor, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (Decreto Municipal n.º 3.000/2023).

22.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

22.9.1. O recebimento das apólices deve ser aprovado pela fiscalização após o respectivo fornecimento.

22.9.2. O relatório deverá ser elaborado pela CONTRATADA e conter, obrigatoriamente, o descritivo e o quantitativo referente a cada fornecimento de apólices.

23. PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

23.1. A contratação vigorará por 12 meses, contado(s) da data de publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e poderá ser prorrogada na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/21.

23.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;
- b) demonstração de que o valor da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- c) manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

24. DA SUBCONTRATAÇÃO

24.1. Vedada à subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto.

25. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

25.1.1 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

26. DAS SANÇÕES

26.1. O proponente ou o contratado será responsabilizado administrativamente, de acordo com o que estabelece o art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e conforme processo administrativo descrito no art. 70 e seguintes do Decreto Municipal nº 3.000/2023, pelas seguintes infrações:

- 26.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 26.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 26.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 26.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 26.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 26.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 26.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 26.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 26.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 26.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 26.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 26.1.12. praticar ato lesivo previsto à administração pública nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- 26.1.13. deixar de apresentar amostra quando solicitado;
- 26.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
- 26.2.1. advertência, que será aplicada quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 26.2.2. multa a ser aplicada da seguinte forma:

26.2.2.1. Multa de Mora:

a) O atraso no prazo de execução das etapas previstas no Cronograma Físico-financeiro por até 90 (noventa) dias implicará multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, por dia corrido de atraso.

b) Acima de 90 dias de atraso, será aplicada a multa de mora fixa de 10% (dez por cento) do valor da fase, etapa ou parcela do serviço.

c) A aplicação de multa de mora poderá, nos termos do instrumento convocatório ou do contrato, ser concomitante com as multas por inexecução total ou parcial do contrato ou com as outras sanções de que trata a Lei.

d) A Administração, considerando a conveniência e a oportunidade, poderá rescindir o contrato ou anular a Nota de Empenho, em virtude de atraso superior a 90 (noventa) dias corridos.

26.2.2.2. Por inexecução total ou parcial do objeto contratado:

a) Poderá ser aplicada multa por inexecução parcial do ajuste no valor de 2% (dois por cento) do valor do Contrato e, quando for o caso pelo valor do Item não cumprido, caso a Contratada descumpra qualquer condição ajustada no contrato, ou da Nota de Empenho/Autorização Fornecimento/Ata de Registro de Preços.

b) Quando a Contratada der causa à rescisão, será aplicada a multa por inexecução total do ajuste de 20% (vinte por cento) do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da multa de mora ou das demais sanções de que trata a Lei.

26.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

26.2.3.1. A sanção prevista neste subitem será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito desta prefeitura, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

26.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

26.2.4.1. A sanção prevista neste sub item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 26.2.3, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos do Brasil, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Itaiópolis revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

27.1.1. **O Município de Itaiópolis** poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

27.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

27.3. É facultado ao agente de contratação, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

27.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo agente de contratação sob pena de desclassificação/inabilitação.

27.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

27.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

27.7. As decisões referentes a este pregão eletrônico poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

27.8. As normas não previstos neste Edital serão decididos pelo agente de contratação.

27.9. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

27.10. Não cabe à Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega do objeto e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

27.11. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, considerado aquele a que está vinculado o agente de contratação.

27.12. O agente de contratação e sua Equipe de Apoio, atenderá aos interessados no horário das **08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas**, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Prefeitura Municipal de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, à Avenida Getúlio Vargas, 308, Centro, ou pelo fone 047 3652 2211, para melhores esclarecimentos.

27.13. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

27.14. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do agente de contratação em contrário.

27.15. O agente de contratação, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais, observados na documentação e na proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

27.16. Integram este Edital

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Carta Proposta Comercial para Proponente Vencedora

Anexo III – Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações da BLL

Anexo IV – Declaração Unificada

Anexo V – Minuta do Contrato

Itaiópolis, 10 de maio de 2024.

MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS
MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO I

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CULTURA E TURISMO
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Da definição do objeto

1.1.1. A presente licitação na modalidade Pregão Eletrônico visa contratação de empresa para prestar serviços de seguros para veículos pertencentes à Frota do Município de Itaipópolis, em uso nas Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Assistência Social, conforme condições e especificações descritas neste Termo de Referência.

1.1.2. A quantidade de Seguros a ser contratada é de 51 (cinquenta e uma) Apólices, conforme descrição neste Termo de Referência.

1.2. Da estimativa do valor da contratação

1.2.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 182.622,74 (cento e oitenta e dois mil seiscentos e vinte e dois reais e setenta e quatro centavos).

1.3. Da classificação do objeto

1.3.1. O objeto desta contratação se enquadra na descrição de serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21.

1.4. Do Pregão Eletrônico

1.4.1. A presente contratação será mediante Pregão Eletrônico, nos termos dos artigos 6, 28 e 29 da Lei n.º 14.133/2021, Decreto Municipal n.º 3.000/2023, de acordo com o procedimento disposto neste Termo de Referência, conforme competências abaixo:

1.4.1.1. Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Itaipópolis/SC.

1.4.1.2. Órgão Coordenador: Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Setor de Compras e Licitações.

1.4.2. Da adoção do Pregão Eletrônico.

1.4.2.1. O Pregão Eletrônico encontra-se amparado pelas hipóteses abaixo:

a) É possível definir previamente o quantitativo a ser demandado em razão da natureza do objeto;

b) Novas apólices serão incluídas, esporadicamente, mediante remanejamento de veículos usados, ou aquisição de veículos novos para a frota;

c) A forma de aquisição das apólices deverá ser pelo menor preço do lote;

d) O pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

2. DA JUSTIFICATIVA

O Município de Itaipópolis possui frota de veículos com 51 unidades para uso nas diversas Secretarias que compõe o seu organograma. A frota é conduzida por servidores do próprio Município, detentores de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) adequada ao tipo de veículo e Autorização da Gestão para dirigir. Os veículos são mantidos nas dependências das Secretarias e atendem diariamente as demandas no território municipal, na região do Planalto Norte e esporadicamente em outras regiões e estados.

Enquanto circulam para atender as demandas, os veículos, seus condutores e passageiros estão sujeitos a diversas situações de risco que podem gerar danos, como: acidentes com outros veículos, pessoas, animais, pistas danificadas, chuvas e vendavais que podem ocasionar materiais na pista, falha mecânica, falha humana, capotamentos, roubos, furtos e outros eventos.

Os danos gerados com acidentes e demais eventos podem gerar ao Município custos com reposição de frota ou consertos dos próprios veículos com avarias, consertos de veículos de terceiros e indenização aos envolvidos. Não há como prever os custos de um sinistro, pois isso dependerá da gravidade do sinistro e dos valores dos bens envolvidos. Desse modo, por precaução é indicado que os órgãos públicos contratem o serviço de seguro de suas frotas, como sugere o Projeto de Lei 7872/14.

Vale destacar que para atender um sinistro também pode ser necessário diversos tipos de serviços, como: serviço de guincho, serviços mecânicos, elétricos, lataria, pintura, entre outros e quando a frota é segurada, a seguradora responsável assume a responsabilidade, agiliza a recuperação e ressarcimento de possíveis danos que possam ocorrer, conforme apólices contratadas, preservando o Município de gastos inesperados que podem comprometer seu orçamento e serviços.

Os veículos segurados também oferecem mais tranquilidade e segurança aos servidores e passageiros, melhorando assim a qualidade de vida das pessoas. Considerando-se que a vigência atual do seguro da frota municipal encontra-se expirado, e diante do aqui exposto, percebe-se a necessidade de contratar serviços de seguros para proteger a frota municipal com a maior brevidade possível.

3. DA DESCRIÇÃO DOS ITENS, QUANTITATIVOS E VALORES MÁXIMOS

Item	Quant.	Unid.	Descrição do Lote 1	Valor Unitário	Valor Total
------	--------	-------	---------------------	----------------	-------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8	1,000	UND	SEGURO CARRO CHEVROLET CRUZE LTZ NB AT 200/2023 PLACA RYN7F82 - SEGURO VEÍCULO - Seguro para o veículo/modelo Chevrolet Cruze LTZ NB AT, zero Km, ano e modelo 2022/2023, placa RYN7F82, chassi 8AGBN69SOPR104890, cobertura do casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Assistência 24 horas com guincho mínimo de 200 km); Para doze meses.	3.698,06	3.698,06
9	1,000	UND	SEGURO CARRO VW JETTA CL AF 2017/2017 - PLACA QIY8642 - Seguro carro Volkswagen Jetta CL AF, placa QIY8642, chassi 3VWDJ2169HMO19701, ano fabric/ano mod. 2017/2017, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 200.000,00, corporais R\$ 200.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	3.277,67	3.277,67
10	1,000	UND	SEGURO CARRO NOVO GOL TL MCV - PLACA QHX3395 - Seguro carro Novo Gol TL MCV, placa QHX3395, chassi 9BWAG45U4HTO26913, ano fabric/ano mod. 2016/2017, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	3.064,63	3.064,63
11	1,000	UND	SEGURO CARRO FIAT STRADA ENDURANCE 1.4 2021/2022 PLACA RLL5E45 - SEGURO CARRO FIAT STRADA - Seguro carro Fiat Strada Endurance 1.4, placa RLL5E45, chassi 9BD281A22NYW40360, ano fabric/ano mod. 2021/2022, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores). Para doze meses. Defesa civil	4.920,49	4.920,49
12	1,000	UND	SEGURO CARRO RENAULT KWID ZEN 2018/2019 - PLACA QJL3275 - Seguro carro Renault Kwid Zen, placa QJL3275, chassi 93YRBB001KJ404502,	3.260,46	3.260,46



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ano fabric/ano mod. 2018/2019, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.

Total Lote 1				18.221,31
---------------------	--	--	--	------------------

Item	Quant.	Unid.	Descrição do Lote 2	Valor Unitário	Valor Total
13	1,000	UND	SEGURO CARRO FIAT UNO FIRE FLEX 2004/2004 - PLACA MCH2745 - Seguro carro Fiat Uno Fire, placa MCH2745, chassi 9BD15802544593417, ano fabric/ano mod.2004/2004, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 100 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	2.367,10	2.367,10
14	1,000	UND	SEGURO DE VEÍCULO FIAT STRADA/ENDURANCE CS 2022/2022 PLACA RLN4G14 - SEGURO veículo FIAT STRADA/ENDURANCE CS, cabine simples, ano e modelo: 2022/2022, placa RLN4G14, chassi 9BD281A2DNYX52829, cobertura do casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores). Para doze meses.	4.920,49	4.920,49
15	1,000	UND	SEGURO CARRO FIAT MOBI LIKE 1.0. - Seguro carro Fiat Mobi Like 1.0- Placa RLG1A33, chassi 9BD341ACXMY732540, ano fabric/ano mod. 2021/2021, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	2.986,14	2.986,14

Total Lote 2				10.273,73
---------------------	--	--	--	------------------

Item	Quant.	Unid.	Descrição do Lote 3	Valor Unitário	Valor Total
------	--------	-------	---------------------	----------------	-------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

1	1,000	UND	SEGURO CARRO CITROËN AIRCROSS FLEX 2016/2017 - PLACA QID1053 - Seguro carro Citroën Aircross Flex placa QID1053, chassi 935SUNFN1HB506673, ano fabric/ano mod. 2016/2017, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 400 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	3.074,53	3.074,53
2	1,000	UND	SEGURO CARRO GM-CLASSIC LS 1.0 VHC FLEX 2014 PLACA MLV0876 - Seguro carro GM-Classic LS 1.0 VHC flex, placa MLV0876, chassi 9BGSU19F0EB195810, ano fabric/ano mod. 2013/2014, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 100 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	2.772,09	2.772,09
3	1,000	UND	SEGURO CARRO FIAT UNO MILLE WAY ECO 2012/2013 - PLACA MKQ2176 - Seguro carro Fiat Uno Mille WAY ECO, placa MKQ2176, chassi 9BD15844AD6761978, ano fabric/ano mod. 2012/2013, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 100 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	2.660,20	2.660,20
4	1,000	UND	SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT ARG0 DRIVE 1.3 - 2022/2022, placa RXN2A65 - SEGURO PARA O VEÍCULO FIAT ARG0 DRIVE 1.3, ano e modelo: 2022/2022, placa RXN2A65, chassi 9BD358AFHNYM08872, cobertura do casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores). Para doze meses.	3.294,74	3.294,74
5	1,000	UND	SEGURO PARA VEÍCULO SPIN 18L AT PREMIER, ano e modelo: 2023/2024, placa RYN9B82 - SEGURO PARA VEÍCULO SPIN 18L AT PREMIER,	4.820,54	4.820,54



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

zero Km, ano e modelo: 2023/2024, placa RYN9B82, chassi 9BGJP7520RB111230, cobertura do casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 200 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.

6	1,000	UND	SEGURO CARRO FIAT CRONOS 2018/2019 - PLACA QJM9729. - Seguro carro Fiat Cronos, ano fabric/ano mod. 2018/2019, placa QJM9729, chassi 8AP359A0DKU049988, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	3.248,60	3.248,60
7	1,000	UND	SEGURO CARRO FIAT/PULSE MT - PLACA - RYS3I23 - SEGURO CARRO FIAT/PULSE MT - PLACA - RYS3I23, chassi 9BD363A1LPYS02195, fabric/ano mod. 2023/2023, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 600 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	3.418,77	3.418,77

Total Lote 3 **23.289,47**

Item	Quant.	Unid.	Descrição do Lote 4	Valor Unitário	Valor Total
16	1,000	SRV	SEGURO CARRO FORD RANGER XP - 13p 2009/2010 - PLACA KLN5F37 - Seguro carro Ford RangerXP - 13P placa KLN5F37, chassi 8AFER13POAJ277018, ano fab/mod. 2009/2010, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida; cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	4.828,27	4.828,27
17	1,000	UND	SEGURO veículo I/FIAT CRONOS DRIVE 1.3, ano e modelo: 2022/2022, placa RXQ8H33/SC - SEGURO veículo I/FIAT CRONOS DRIVE 1.3, ano e	3.233,32	3.233,32



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

modelo: 2022/2022, placa RXQ8H33/SC, chassi 8AP359AFDNU207086, cobertura do casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores). Para doze meses.

					Total Lote 4	8.061,59
Item	Quant.	Unid.	Descrição do Lote 5	Valor Unitário	Valor Total	
18	1,000	UND	SEGURO CARRO FIAT DOBLÔ CARGO 1.4 2012/2013 - PLACA MKL4253 - Seguro carro Fiat Doblô Cargo 1.4, placa MKL4253, chassi 9BD223153D2027438, ano fabric/ano mod. 2012/2013, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 100 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	4.587,45	4.587,45	
19	1,000	UND	SEGURO CARRO FIAT CRONOS DRIVE 1.3 - 2023/2023, placa RYN0A16 - SEGURO CARRO FIAT CRONOS DRIVE 1.3 - 2023/2023, placa RYN0A16, chassi 8AP359AFZPU311139, cobertura do casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores) ; Para doze meses.	3.253,33	3.253,33	
20	1,000	UND	SEGURO CARRO FIAT FIORINO FURGÃO, PLACA RLL5E75 - Seguro carro Fiat Fiorino Furgão Endurance 1.4, placa RLL5E75, chassi 9BD2651MHM9190490, ano fabric/ano mod. 2021/2021, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 200 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	4.917,57	4.917,57	
21	1,000	UN.	30559-SEGURO CARRO FIAT UNO ATTRACTIVE 2020/2021 - PLACA RAI7A05 - Seguro carro FIAT UNO ATTRACTIVE, placa RAI7A05, chassi	3.063,2100	3.063,21	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

9BD195A4ZM0887460, ano fabricação/ano modelo 2020/2021, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.

22	1,000	UND	SEGURO CARRO FIAT DOBLÔ CARGO 1.4 2010/2010 - PLACA MHL9946 - Seguro carro Fiat Doblô Cargo 1.4, placa MHL9946, chassi 9BD223153A2018374, ano fabric/ano mod. 2010/2010, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 100 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	4.418,55	4.418,55
23	1,000	UND	SEGURO CARRO FIAT UNO MILLE ECONOMY 2010/2010 - PLACA MHK7204 - Seguro carro Fiat Uno Mille Economy, placa MHK7204, chassi 9BD1582AA6434214, ano fabric/ano mod. 2010/2010, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 100 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	2.529,08	2.529,08

Total Lote 5 **22.769,19**

Item	Quant.	Unid.	Descrição do Lote 6	Valor Unitário	Valor Total
24	1,000	UND	SEGURO CARRO FIAT STRADA WORKING 2012/2013 - PLACA MKW3946 - SEGURO CARRO FIAT/ STRADA WORKING placa MKW3946, chassi 9BD27805MD7579604, ano fab/mod. 2012/2013, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida; cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 200 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores). Para doze meses	4.459,89	4.459,89
25	1,000	UND	SEGURO CARRO FIAT MOBI EASY 2018/2019 - PLACA QJB4878 - Seguro carro Fiat Mobi Easy 2018/2019- Placa QJB4878, chassi 9BD341A4XKY585660, ano fabric/ano mod. 2018/2019, cobertura no casco 100% tabela FIPE,	2.926,62	2.926,62



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

com franquias reduzidas, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km, vidros completos com cobrança de franquias (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.

26	1,000	SRV	SEGURO CARRO CHEVROLET SPIN 1.8L MT LTZ 2013/2014 - PLACA MKD1225 - Seguro carro Chevrolet Spin 1.8L MT LTZ, placa MKD1225, chassi 9BGJC75Z0EB130580, ano fab/mod. 2013/2014, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquias reduzidas; cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 300 km, vidros completos com cobrança de franquias (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	4.392,92	4.392,92
27	1,000	UND	SEGURO CARRO FIAT MOBI 2018/2019 - PLACA MME2159 - Seguro carro Fiat Mobi 2018/2019-Placa MME2159, chassi 9BD341A4XKY588747, ano fabric/ano mod. 2018/2019, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquias reduzidas, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km, vidros completos com cobrança de franquias (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	2.926,62	2.926,62
28	1,000	UND	SEGURO CARRO NOVA SAVEIRO ROBUST C3 2018/2019 - PLACA OKD8578 - Seguro carro Nova Saveiro Robust C3 2018/2019 placa OKD8578, chassi 9BWKB45U8KP023421, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquias, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 200 km, vidros completos com cobrança de franquias (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	4.633,17	4.633,17
29	1,000	UND	SEGURO CARRO FIAT UNO MILLE ECONOMY 2011/2012 - PLACA MIA5303 - Seguro carro Fiat Uno Mille Economy, placa MIA5303, chassi 9BD15822AC6584249, ano fabric/ano mod. 2011/2012, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquias reduzidas, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 100 km, vidros completos com cobrança de franquias (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	2.635,11	2.635,11



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

30	1,000	UN.	SEGURO CARRO CHEVROLET/MONTANA - Seguro carro Chevrolet Montana LS 1.4, placa RLK7G03, chassi 9BGCA8030MB240169, ano fab/mod. 2021/2021, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida; cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	4.997,86	4.997,86
31	1,000	UN.	SEGURO CARRO CHEVROLET/MONTANA - Seguro carro Chevrolet Montana LS 1.4, placa RLK7F83, chassi 9BGCA8030MB233275, ano fab/mod. 2021/2021, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida; cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	4.997,86	4.997,86
32	1,000	UND	SEGURO CARRO FIAT UNO MILLE ECONOMY 2011/2012 - PLACA MJC4335 - Seguro carro Fiat Uno Mille Economy, placa MJC4335, chassi 9BD15822AC6612901, ano fabric/ano mod. 2011/2012, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 100 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	2.635,11	2.635,11
33	1,000	UND	SEGURO CARRO FIAT UNO MILLE ECONOMY 2011/2012 - PLACA MIA4573 - Seguro carro Fiat Uno Mille Economy, placa MIA4573, chassi 9BD15822AC6584251, ano fabric/ano mod. 2011/2012, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquia reduzida, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 100 km, vidros completos com cobrança de franquia (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	2.635,11	2.635,11
34	1,000	UND	SEGURO CARRO FIAT ARGO/TREKKING 1.3, ano e modelo: 2023/2023, placa RYE2H30 - SEGURO CARRO FIAT ARGO/TREKKING 1.3, ano e modelo:	3.312,74	3.312,74



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

2023/2023, placa RYE2H30, chassi 9BD358AGZPYM55474, cobertura do casco 100% tabela FIPE, com franquias reduzidas, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km, vidros completos com cobrança de franquias (incluindo faróis, lanternas e retrovisores). Para doze meses.

35	1,000	UND	SEGURO CARRO VOLKSWAGEN SAVEIRO 2016/2017 - PLACA QHX3415 - Seguro carro VW Saveiro TL Branca, placa QHX3415, chassi 9BWL45U9HPO30133, ano fabric/ano mod. 2016/2017, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquias reduzidas, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 100 km, vidros completos com cobrança de franquias (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	4.698,17	4.698,17
36	1,000	UN.	SEGURO CARRO CHEVROLET/MONTANA - Seguro carro Chevrolet Montana LS 1.4, placa RLK7F23, chassi 9BGCA8030MB197935, ano fab/mod. 2021/2021, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquias reduzidas; cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km, vidros completos com cobrança de franquias (incluindo faróis, lanternas e retrovisores); Para doze meses.	4.897,86	4.897,86
37	1,000	UND	SEGURO PARA VEICULO UNO PLACAS MIH 2842 - Seguro carro Fiat Uno Mille Economy, placa MIH2842, chassi 9BD15822AC6571619, ano fabric/ano mod. 2011/2012, cobertura no casco 100% tabela FIPE, com franquias reduzidas, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 150.000,00, corporais R\$ 150.000,00, danos morais R\$ 20.000,00, APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante, DMH (Despesas Médico-Hospitalares) R\$ 6.000,00; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 100 km, vidros completos com cobrança de franquias (incluindo faróis, lanternas e retrovisores). Para doze meses.	2.635,11	2.635,11

Total Lote 6

52.784,15

Item	Quant.	Unid.	Descrição do Lote 7	Valor Unitário	Valor Total
38	1,000	UND	SEGURO CAMINHÃO IVECO/ECTECTOR 230E22N - PLACA MJM1178 - Seguro Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) Caminhão Iveco/Ectector	3.057,91	3.057,91



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

			230E22N, placa MJM1178, chassi 93ZE2KH00B8712197, 3 eixos 6X4, caçamba, ano fabric/ano mod. 2011/2011, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 500.000,00, corporais R\$ 300.000,00, danos morais R\$ 20.000,00 e APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 150 km; Para doze meses.		
39	1,000	UND	SEGURO CAMINHÃO HYUNDAI, 2021/2022 - PLACA RKW0J96 - Seguro Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) Caminhão Hyundai - HD 80 3.0 16V, placa RKW0J96, chassi 95PGA18FPNB000709, caçamba, ano fabric/ano mod. 2021/2022, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 500.000,00, corporais R\$ 300.000,00, danos morais R\$ 20.000,00 e APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 150 km; Para doze meses.	3.083,16	3.083,16
40	1,000	UND	SEGURO CAMINHÃO FORD CARGO 2629 2018/2019 - PLACA QIX1776 - Seguro Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) Caminhão Ford Cargo 2629 6X4, placa QIX1776, chassi 9BFZEANE1KBS72055, caçamba, ano fabric/ano mod. 2018/2019, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 500.000,00, corporais R\$ 300.000,00, danos morais R\$ 20.000,00 e APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 150 km; Para doze meses.	3.112,01	3.112,01
41	1,000	UND	SEGURO CAMINHÃO MB/ATRON 2729K 2014/2014 - PLACA QHC4914 - Seguro Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) Caminhão MB/Atron 2729K, placa QHC4914, chassi 9BM693388EB953654, 3 eixos 6X4, caçamba, ano fabric/ano mod. 2014/2014, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 500.000,00, corporais R\$ 300.000,00, danos morais R\$ 20.000,00 e APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 150 km; Para doze meses.	3.098,92	3.098,92
42	1,000	UND	SEGURO CAMINHÃO VOLVO VM 270 2014/2015 - PLACA QHM7276 - Seguro Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) Caminhão Volvo VM 270 6X4, placa QHM7276, chassi 93KK0R1D1FE152022, caçamba, ano fabric/ano mod. 2014/2015, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 500.000,00, corporais R\$ 300.000,00, danos morais R\$ 20.000,00 e APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 150 km; Para doze meses.	3.087,39	3.087,39
43	1,000	UND	SEGURO CAMINHÃO VOLVO VM 270 2014/2015 - PLACA QHM7256 - Seguro Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) Caminhão Volvo VM 270 6X4, placa QHM7256, chassi 93KK0R1D1FE152022, caçamba, ano fabric/ano mod. 2014/2015, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 500.000,00, corporais R\$ 300.000,00, danos morais R\$ 20.000,00 e APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 150 km; Para doze meses.	3.087,39	3.087,39
44	1,000	UND	SEGURO CAMINHÃO IVECO/EUROCARGO 260E25N 2011/2011 - PLACA MJZ2778 - Seguro Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) Caminhão	3.057,91	3.057,91



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

			Iveco/Eurocargo 260E25N, placa MJZ2778, chassi 93ZE2MJHOB8904837, 3 eixos 6X4, caçamba, ano fabric/ano mod. 2011/2011, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 500.000,00, corporais R\$ 300.000,00, danos morais R\$ 20.000,00 e APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 150 km; Para doze meses.		
45	1,000	UND	SEGURO CAMINHÃO IVECO/TECTOR 260E30ID, caçamba, ano e modelo 2022/2023, placa RYI4J20 - SEGURO CAMINHÃO - Seguro para o caminhão IVECO/TECTOR 260E30ID, caçamba, ano e modelo 2022/2023, placa RYI4J20, chassi 93ZE12NMZP8958616, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 500.000,00, corporais R\$ 300.000,00, danos morais R\$ 20.000,00 e APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 200 km; Para doze meses.	3.157,51	3.157,51
46	1,000	UND	SEGURO CAMINHÃO FORD CARGO 2629 2018/2019 - PLACA QIX1826 - Seguro Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) Caminhão Ford Cargo 2629 6X4, placa QIX1826, chassi 9BFZEANE5KBS72057, caçamba, ano fabric/ano mod. 2018/2019, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 500.000,00, corporais R\$ 300.000,00, danos morais R\$ 20.000,00 e APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 150 km; Para doze meses.	3.112,01	3.112,01
47	1,000	UND	SEGURO CAMINHÃO FORD/CARGO 2622E 2010/2010 - PLACA MHK4176 - Seguro Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) Caminhão Ford/Cargo 2622E, placa MHK4176, chassi 9BFZCE9V5ABB51425, 3 eixos 6X4, caçamba, ano fabric/ano mod. 2010/2010, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 500.000,00, corporais R\$ 300.000,00, danos morais R\$ 20.000,00 e APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 150 km; Para doze meses.	3.045,02	3.045,02
48	1,000	UND	SEGURO Caminhão IVECO/TECTOR 260E30ID, caçamba, ano e modelo 2022/2023, placa RYH6B47 - SEGURO Caminhão IVECO/TECTOR 260E30ID, caçamba, ano e modelo 2022/2023, placa RYH6B47, chassi 93ZE12NMZP8954802, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 500.000,00, corporais R\$ 300.000,00, danos morais R\$ 20.000,00 e APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 200 km. Para doze meses.	3.157,51	3.157,51
49	1,000	UND	SEGURO CAMINHÃO FORD CARGO 2629 2016/2017 - PLACA QHY3038. - Seguro Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) Caminhão Ford Cargo 2629 6X4, placa QHY3038, chassi 9BFZEANE3HBS94678, caçamba, ano fabric/ano mod. 2016/2017, cobertura danos materiais para terceiros R\$ 500.000,00, corporais R\$ 300.000,00, danos morais R\$ 20.000,00 e APP morte/invalidez R\$ 10.000,00 por ocupante; Assistência 24 horas com guincho mínimo de 150 km; Para doze meses.	3.143,81	3.143,81



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

					Total Lote 7	37.200,55
Item	Quant.	Unid.	Descrição do Lote 8	Valor Unitário	Valor Total	
50	1,000	UN	SEGURO DETER ÔNIBUS VW 15190 EOD E.HD ORE 2020/2021 - PLACA RLI4A87 - SEGURO RCO ÔNIBUS VW/15.190 EOD E.HD ORE , ano e modelo: 2020/2021, placa RLI4A87, chassi 9532E82W9MR113453 , capacidade veículo de 45 passageiros e um tripulante; Transporte interestadual; danos corporais e/ou materiais causados a passageiros, em conformidade com a Tabela ANTT; para doze meses.	5.112,78	5.112,78	
51	1,000	UND	SEGURO RCO ÔNIBUS M. BENZ/CAIO LO 916.ORE 2021/2022 - PLACA - RXM3E92 - SEGURO RCO ÔNIBUS M. BENZ/CAIO LO 916.ORE 2021/2022 - PLACA - RXM3E92 - Seguro RCO ônibus, chassi 9BM979277NB255413 capacidade veículo de 60 passageiros e um tripulante; Transporte interestadual; danos corporais e/ou materiais causados a passageiros, em conformidade com a Tabela ANTT; para doze meses.	4.909,97	4.909,97	
					Total Lote 8	10.022,75
					Total Geral dos Lotes	182.622,74

4. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Das condições de execução

4.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.1.1.1. Início da execução do objeto: A Contratada deverá emitir as apólices dos referidos seguros e entrega-las no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar da data da emissão da Nota de Empenho e envio da Autorização de Fornecimento (AF), emitida e encaminhada pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Itaipópolis.

4.1.1.2. Os veículos deverão estar segurados contra os riscos previstos na apólice desde a data de assinatura do contrato, ainda que não emitida à apólice, devendo a Contratada fornecer os dados necessários ao acionamento do socorro, em caso de sinistro

4.1.1.3. A Empresa vencedora deverá aceitar eventuais inclusões de veículos que venham a ser adquiridos pelo Contratante, com as mesmas coberturas definidas pelo Contratante, nos moldes previstos no objeto deste Termo e nos limites da Lei.

4.1.1.4. Havendo inclusão na apólice, a Empresa Vencedora terá direito ao recebimento do valor devido, proporcional ao valor de um veículo, nas características da inclusão.

4.1.1.5. A Empresa Vencedora fica ainda obrigada a transferir o seguro de um veículo para outro, no caso de novas aquisições pelo Contratante, caso este venha julgar que a transferência seja mais vantajosa.

4.1.1.6. Caso não seja possível efetuar a entrega das apólices na data assinalada, a CONTRATADA deverá comunicar o CONTRATANTE das razões respectivas, em no máximo 5 (cinco) dias consecutivos após o recebimento da AF e Nota de Empenho, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, garantindo-se o compromisso previsto na alínea 4.1.1.2.

4.1.1.7. Como condição de prestação de serviço, durante a vigência do contrato a Contratada deverá manter a regularidade fiscal e trabalhista, bem como, o registro na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que é o órgão governamental responsável pela autorização, controle e fiscalização dos mercados de seguros no Brasil.

4.2. Local e horário da prestação de serviço

4.2.1. As apólices deverão ser encaminhadas para o e-mail do Departamento de Patrimônio (patrimonio@itaiopolis.sc.gov.br), e posteriormente, de modo impresso, também para este Departamento, no endereço: Avenida Getúlio Vargas n° 308, 2° Piso – Centro – Itaipópolis – SC, no horário da 8h às 11h e das 13h às 16h.

4.3. Da garantia contratual

4.3.1. O período de garantia é aquele estabelecido na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Para o recebimento do objeto desta licitação, o CONTRATANTE designa os servidores nomeados por Portaria vigente, que farão o recebimento nos termos do artigo 140, I, "a" e "b", da Lei n.º 14.133/21, da seguinte forma:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico com análise das apólices recebidas por e-mail;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contado após o recebimento provisório.
- c) na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 5.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. DO PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento será efetuado após a entrega das Apólices de Seguro, devidamente certificadas pelo órgão competente, receptor do objeto licitado, acompanhado da respectiva nota fiscal, até o 30.º dia consecutivo, após o ateste realizado pela Comissão designada pelo CONTRATANTE por meio de Portaria. A data do referido ateste será a mesma informada na emissão/inclusão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 6.2. A CONTRATADA deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.
- 6.2.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a CONTRATADA adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a CONTRATADA ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do CONTRATANTE.
- 6.3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
- 6.4. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso a CONTRATADA apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pela CONTRATADA.
- 6.4.1. Enquanto o CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.
- 6.5. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.
- 6.6. A atualização financeira dos valores a serem pagos terá como base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, contados desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento.
- 6.7. Para fins de pagamento, a CONTRATADA, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da CONTRATADA. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.
- 6.8. Para fins de adjudicação, homologação e empenho, o preço do item poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação para menos, resultante da necessidade de serem obtidos valores unitários com até duas casas decimais, sendo que serão desconsideradas todas as casas posteriores à segunda.

7. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

7.1. As despesas decorrentes da execução do objeto, estão programadas em dotações orçamentárias prevista no orçamento municipal para o exercício de 2024.

- ✓ 6 - 14.001.08.244.0014.2069.3.3.90.00.00 Manutenção Geral do Fundo de Assistência Social 1.500.0000.1000
- ✓ 9 - 14.001.08.244.0014.2116.3.3.90.00.00 Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar 1.500.0000.1000
- ✓ 12 - 14.001.08.244.0014.2123.3.3.90.00.00 Bloco de Proteção Social Básica 1.660.0000.1351
- ✓ 16 - 03.001.04.122.0003.2008.3.3.90.00.00 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças 1.500.0000.1000
- ✓ 25 - 03.001.06.182.0031.2128.3.3.90.00.00 Manutenção da Defesa Civil 1.500.0000.1000
- ✓ 27 - 03.001.06.182.0031.2131.3.3.90.00.00 Manutenção do Convênio com o Corpo de Bombeiros Militar 1.500.0000.1000
- ✓ 62 - 04.001.26.782.0018.2017.3.3.90.00.00 Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem 1.500.0000.1000
- ✓ 72 - 04.004.15.451.0022.2020.3.3.90.00.00 Manutenção do Departamento de Obras e Urbanismo 1.500.0000.1000
- ✓ 79 - 05.001.20.606.0023.2046.3.3.90.00.00 Manutenção do Departamento de Agricultura 1.500.0000.1000
- ✓ 81 - 05.001.20.605.0023.2062.3.3.90.00.00 Manutenção da Patrulha Agrícola Mecanizada 1.500.0000.1000
- ✓ 105 - 06.003.13.392.0027.2052.3.3.90.00.00 Manutenção do Departamento de Cultura 1.500.0000.1000
- ✓ 113 - 07.001.12.361.0007.2034.3.3.90.00.00 Manutenção do Transporte Escolar 1.500.1001.1010
- ✓ 117 - 07.001.12.361.0007.2036.3.3.90.00.00 Manutenção do Departamento de Ensino Fundamental – Outros Recursos 1.500.1001.1010
- ✓ 128 - 07.002.12.365.0007.2039.3.3.90.00.00 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Pré-Escola - Outros Recursos 1.500.1001.1010
- ✓ 153 - 07.006.12.361.0007.2035.3.3.90.00.00 Manutenção da Secretaria de Educação 1.500.1001.1010

8. DO REAJUSTE E REALINHAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento em apresentado pela proponente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8.2. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2.1. O reajuste deverá ser pleiteado, protocolado no Departamento de Compras e de Licitações do Município, até o término do contrato ou até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não for de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito ao reajuste.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste ou a repactuação de preços previstos no próprio contrato serão realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

9. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA PROPONENTE VENCEDORA

9.1. A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. Enviar as apólices, de forma eletrônica e impressa, de acordo com prazo e local fixados neste Termo de Referência, e cumprir com as condições nela estabelecidas;

9.1.2. Considerar os preços propostos completos e suficientes para a execução do objeto desta contratação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de parte da CONTRATADA;

9.1.3. Arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os serviços, objeto desta contratação;

9.1.3.1. Entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência;

9.1.4. Indenizar terceiros e ao CONTRATANTE os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação, em conformidade com o artigo 120 da Lei n.º 14.133/21;

9.1.5. Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado;

9.1.6. Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.1.7. Substituir as apólices em desacordo com as especificações do presente termo;

9.1.8. Prestar informações sobre a execução dos serviços;

9.1.9. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

9.1.10. Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;

9.1.11. Não subcontratar o objeto deste contrato, salvo esteja expressamente permitido neste Termo de Referência;

9.1.12. Prestar a garantia contratual, manutenção e assistência técnica, caso exigida neste Termo de Referência;

9.1.13. Atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos;

9.1.14. Apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de solicitação, documentação relativa aos empregados da CONTRATADA, resultante de ações judiciais, na qual o CONTRATANTE encontra-se no polo passivo da ação;

9.1.15. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

9.1.16. Informar ao setor financeiro da Secretaria requisitante, durante o período de vigência do contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

9.1.17. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro. A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

9.1.17.1. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

9.1.18. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.

9.1.19. Pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

9.1.20. Efetuar o pagamento das indenizações, quando ocorrer sinistro envolvendo os veículos segurados;

9.1.21. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Termo de Referência;

9.1.22. A Empresa Vencedora deverá aceitar eventuais inclusões de veículos que venham a ser adquiridos pelo Contratante, com as coberturas definidas pelo Contratante, nos moldes do previsto no objeto deste Termo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 9.1.22.1. Havendo inclusão na apólice, a Contratada terá direito ao recebimento do valor devido, proporcional ao valor de um veículo, nas características da inclusão.
- 9.1.23. A Empresa Vencedora fica ainda obrigada a transferir o seguro de um veículo para outro, no caso de novas aquisições pelo contratante, caso este venha julgar que a transferência seja mais vantajosa.
- 9.1.24. Para cada item segurado corresponderá um bônus individual, no caso de renovações. A contratada deverá informar ao Contratante, por escrito, a classe de bônus de cada veículo segurado e o percentual do bônus de cada item, com 30 (trinta) dias de antecedência do término da vigência da apólice.
- 9.1.25. Ao final do contrato a CONTRATADA se compromete a enviar cotação de preços para a CONTRATANTE para colaborar em futuro processo de licitação ou inexigibilidade.

10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 10.1. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços;
- 10.2. Receber as apólices e lavrar termo de recebimento provisório. Se as apólices não estiverem de acordo com as especificações do CONTRATANTE, rejeitá-las, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o termo de recebimento definitivo;
- 10.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre erros de digitação ou incoerência de informações que possam ser identificadas nas apólices, para que sejam realizadas as devidas correções;
- 10.4. Comunicar à Contratada a ocorrência de quaisquer sinistros, durante a vigência do Contrato a ser firmado.
- 10.5. Fornecer à Contratada todas as informações necessárias em relação aos veículos segurados.
- 10.6. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.
- 10.7. Aplicar à empresa vencedora as penalidades, quando for o caso.
- 10.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à prestação dos serviços de seguros de veículos, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência
- 10.9. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, caput).
- 11.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, caput).
- 11.2.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 1.º).
- 11.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).
- 11.3. A CONTRATADA será obrigada a substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei n.º 14.133/21, art. 119).
- 11.4. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei n.º 14.133/21, art. 120).
- 11.5. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei n.º 14.133/21, art. 121, caput).
- 11.5.1. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei n.º 14.133/21, art. 121, § 1.º).
- 11.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, § 2.º).
- 11.7. O CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (Decreto Municipal n.º 3.000/2023).
- 11.8. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do fornecedor, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (Decreto Municipal n.º 3.000/2023).
- 11.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 11.9.1. O recebimento das apólices deve ser aprovado pela fiscalização após o respectivo fornecimento.
- 11.9.2. O relatório deverá ser elaborado pela CONTRATADA e conter, obrigatoriamente, o descritivo e o quantitativo referente a cada fornecimento de apólices.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. Vedada à subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. Não haverá a exigência da garantia de execução contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

14. DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N. 13.709/2018 (LGPD)

14.1. A CONTRATADA fica obrigada a:

- a) cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- b) cumprir com o estabelecido pelo CONTRATANTE para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;
- c) guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
- d) não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;
- e) notificar o CONTRATANTE em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
- f) fornecer informações úteis ao CONTRATANTE sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;
- g) implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

15. PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

15.1. A contratação vigorará por 12 meses, contado(s) da data de publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e poderá ser prorrogada na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/21.

12.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

- a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;
- b) demonstração de que o valor da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- c) manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

16. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

16.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

17. DAS SANÇÕES

17.1. O proponente ou o contratado será responsabilizado administrativamente, de acordo com o que estabelece o art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e conforme processo administrativo descrito no art. 70 e seguintes do Decreto Municipal nº 3.000/2023, pelas seguintes infrações:

- 17.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 17.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 17.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 17.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 17.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 17.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 17.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 17.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 17.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 17.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 17.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 17.1.12. praticar ato lesivo previsto à administração pública nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- 17.1.13. deixar de apresentar amostra quando solicitado;

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

17.2.1. advertência, que será aplicada quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.2. multa a ser aplicada da seguinte forma:

17.2.2.1. Multa de Mora:

a) O atraso no prazo de execução das etapas previstas no Cronograma Físico-financeiro por até 90 (noventa) dias implicará multa de mora de 0,5% (zero virgula cinco por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, por dia corrido de atraso.

b) Acima de 90 dias de atraso, será aplicada a multa de mora fixa de 10% (dez por cento) do valor da fase, etapa ou parcela do serviço.

c) A aplicação de multa de mora poderá, nos termos do instrumento convocatório ou do contrato, ser concomitante com as multas por inexecução total ou parcial do contrato ou com as outras sanções de que trata a Lei.

d) A Administração, considerando a conveniência e a oportunidade, poderá rescindir o contrato ou anular a Nota de Empenho, em virtude de atraso superior a 90 (noventa) dias corridos.

17.2.2.2. Por inexecução total ou parcial do objeto contratado:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

a) Poderá ser aplicada multa por inexecução parcial do ajuste no valor de 2% (dois por cento) do valor do Contrato e, quando for o caso pelo valor do Item não cumprido, caso a Contratada descumpra qualquer condição ajustada no contrato, ou da Nota de Empenho/Autorização Fornecimento/Ata de Registro de Preços.

b) Quando a Contratada der causa à rescisão, será aplicada a multa por inexecução total do ajuste de 20% (vinte por cento) do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da multa de mora ou das demais sanções de que trata a Lei.

17.2.3. impedimento de licitar e contratar;

17.2.3.1. A sanção prevista neste subitem será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito desta prefeitura, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.2.4.1. A sanção prevista neste sub item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no sub item 17.2.3, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos do Brasil, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Esclarecimentos técnicos referentes ao objeto deste Pregão Eletrônico, poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Itaipópolis, Setor de Patrimônio com Juliane Gelbcke, fone (47) 3652-2211, no horário das 08h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Responsáveis pelas Secretarias Requisitantes

WILSON MARCINIAK
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

ANGÉLICA LETÍCIA DOS REIS SCHULTZ
Secretária Municipal de Educação e Esporte

PAULO CESAR PRUNER FILHO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação

GUSTAVO WISZNIEWSKI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

JORGE LUIZ ALMEIDA DE ARAUJO
Secretário Municipal de Viação e Obras

APROVAÇÃO:

O presente Termo de Referência já assinado pelas Secretarias Requisitantes, fica devidamente aprovado pela autoridade competente.

MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO II

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 48/2024
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N° 20/2024

MODELO DE PROPOSTA

Apresentamos nossa proposta para prestação de serviço de seguro para veículos da frota municipal, objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica **n° 20/2024**, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:		
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
REPRESENTANTE:	CARGO:	
CARTEIRA DE IDENTIDADE:	CPF:	
ENDEREÇO:		
TELEFONE:	E-MAIL:	
BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA CORRENTE:
RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO: (nome/CPF):		
POSSUI ASSINATURA DIGITAL: Sim () Não ()		
E-MAIL para envio do contrato:		

2. Na proposta escrita, deverá conter:

- Valor unitário e total dos itens e do lote, já computados eventuais impostos e outras despesas diretas ou indiretas decorrentes do fornecimento;
- O prazo de validade não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da abertura das propostas virtuais. Em caso de ausência ou divergência no prazo de validade, prevalecerá a estabelecida no Edital.
- Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

2.1. Atendidos todos os requisitos será considerada vencedora a proponente que oferecer o **menor preço por lote**.

3. O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser entregue no endereço indicado no Anexo I.

4. PROPOSTA COMERCIAL FINAL (proponente vencedora)

Deverá ser cotado preço unitário e total dos itens e do lote, conforme especificações, abaixo.

Lote						
Item	Descrição	Marca	Unid de Medida	Qtd licitada	Valor Unitário	Valor Total

5. CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

6. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Conforme descrito no Anexo I – Termo de Referência.

OBS: Nos preços cotados já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, frete e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

7. VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, **90 (noventa) dias** contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO III

**TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO A BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL
E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES**

Natureza do Proponente (Pessoa física ou jurídica)	
Nome: (Razão Social)	
Endereço:	
Complemento	Bairro:
Cidade:	UF
CEP:	CNPJ/CPF:
Inscrição estadual:	RG
Telefone comercial:	Fax:
Celular:	E-mail:
Representante legal:	
Cargo:	Telefone:
Ramo de Atividade:	

1. Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

- i. tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- ii. observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- iii. observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- iv. designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo I; e
- v. pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

5. **(cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras)** O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

- i. declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
- ii. apresentar lance de preço;
- iii. apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo agente de contratação;
- iv. solicitar informações via sistema eletrônico;
- v. interpor recursos contra atos do agente de contratação;
- vi. apresentar e retirar documentos;
- vii. solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
- viii. assinar documentos relativos às propostas;
- ix. emitir e firmar o fechamento da operação; e
- x. praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Corretora:	
Endereço:	
CNPJ:	



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6. O presente Termo de Adesão é válido até __/__/__, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:

Assinatura:
(reconhecer firma em cartório)

Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - (Proponente direto)

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Operadores		
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	E-mail:	
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	E-mail:	

O Licitante reconhece que:

- I. a senha e a chave eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- II. o cancelamento de senha ou Chave Eletrônica poderá ser feito pela bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- III. a perda de senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à bolsa, para o necessário bloqueio de acesso; e
- IV. o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e
- V. o não pagamento da taxa ensejada a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e Data: _____

Responsável: _____

Assinatura: _____

(Reconhecer firma no Cartório)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO IV

DECLARAÇÃO UNIFICADA

PROPONENTE.....

ENDEREÇO:.....

CNPJ/MF: FONE: (0xx.....)

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura do Município de Itaiópolis/SC, que:

a) Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

b) Estamos cientes e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

c) Não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#).

d) Não possuímos empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).

e) Não possuímos pessoas em nosso quadro societário (contrato social, estatuto social), impedidas de contratar com o Município de Itaiópolis/SC, nos termos do artigo 14 da Lei 14.133/21.

f) Estamos sob o **regime de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

SIM () NÃO ()

LOCAL E DATA

Assinatura e Identificação do Responsável Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO V

CONTRATO N°/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob n° 83.102.517/0001-19, com sede à Avenida Getúlio Vargas, 308, na cidade de Itaipópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI, brasileiro, bancário, portador do CPF n° ***.016.***-4*.

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ/MF sob o n°, na cidade de, Estado de(o), a (Rua, Avenida)....., n°,, neste ato representada pelo(a), Senhor (a), portador(a) do CPF n°

Celebram entre si o presente instrumento de CONTRATO, em decorrência do Pregão Eletrônico n° 20/2024, de 02 de maio de 2024, homologado em/...../2024, mediante as cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa para prestar serviços de seguros para veículos pertencentes à Frota do Município de Itaipópolis, em uso nas Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Assistência Social, conforme descrição dos itens abaixo:

Lote...					
N°	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unitário	Preço Total

CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do fornecimento, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraidas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritas, o Edital do **Pregão Eletrônico n° 20/2024**, e seus anexos, os documentos relacionados com a fase de Habilitação, a proposta apresentada pela Contratada, o Termo de Referência e demais documentos que integram o **Processo Administrativo n° 48/2024**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. Das condições de execução

3.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

3.1.1.1. Início da execução do objeto: A Contratada deverá emitir as apólices dos referidos seguros e entrega-las no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar da data da emissão da Nota de Empenho e envio da Autorização de Fornecimento (AF), emitida e encaminhada pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Itaipópolis.

3.1.1.2. Os veículos deverão estar segurados contra os riscos previstos na apólice desde a data de assinatura do contrato, ainda que não emitida à apólice, devendo a Contratada fornecer os dados necessários ao acionamento do socorro, em caso de sinistro

3.1.1.3. A Empresa vencedora deverá aceitar eventuais inclusões de veículos que venham a ser adquiridos pelo Contratante, com as mesmas coberturas definidas pelo Contratante, nos moldes previstos no objeto deste Termo e nos limites da Lei.

3.1.1.4. Havendo inclusão na apólice, a Empresa Vencedora terá direito ao recebimento do valor devido, proporcional ao valor de um veículo, nas características da inclusão.

3.1.1.5. A Empresa Vencedora fica ainda obrigada a transferir o seguro de um veículo para outro, no caso de novas aquisições pelo Contratante, caso este venha julgar que a transferência seja mais vantajosa.

3.1.1.6. Caso não seja possível efetuar a entrega das apólices na data assinalada, a CONTRATADA deverá comunicar o CONTRATANTE das razões respectivas, em no máximo 5 (cinco) dias consecutivos após o recebimento da AF e Nota de Empenho, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, garantindo-se o compromisso previsto na alínea 3.1.1.2.

3.1.1.7. Como condição de prestação de serviço, durante a vigência do contrato a Contratada deverá manter a regularidade fiscal e trabalhista, bem como, o registro na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que é o órgão governamental responsável pela autorização, controle e fiscalização dos mercados de seguros no Brasil.

3.2. Local e horário da prestação de serviço

3.2.1. As apólices deverão ser encaminhadas para o e-mail do Departamento de Patrimônio (patrimonio@itaiopolis.sc.gov.br), e posteriormente, de modo impresso, também para este Departamento, no endereço: Avenida Getúlio Vargas n° 308, 2° Piso – Centro – Itaipópolis – SC, no horário da 8h às 11h e das 13h às 16h.

3.3. Da garantia contratual

3.3.1. O período de garantia é aquele estabelecido na Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. Para o recebimento do objeto desta licitação, o CONTRATANTE designa os servidores nomeados por Portaria vigente, que farão o recebimento nos termos do artigo 140, I, "a" e "b", da Lei n.º 14.133/21, da seguinte forma:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico com análise das apólices recebidas por e-mail;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos contado após o recebimento provisório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

c) na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado após a entrega das Apólices de Seguro, devidamente certificadas pelo órgão competente, receptor do objeto licitado, acompanhado da respectiva nota fiscal, até o 30.º dia consecutivo, após o ateste realizado pela Comissão designada pelo CONTRATANTE por meio de Portaria. A data do referido ateste será a mesma informada na emissão/inclusão do Termo de Recebimento Definitivo.

5.2. A CONTRATADA deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

5.2.1. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a CONTRATADA adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a CONTRATADA ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do CONTRATANTE.

5.3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

5.4. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso a CONTRATADA apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pela CONTRATADA.

5.4.1. Enquanto o CONTRATANTE não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

5.5. Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.

5.6. A atualização financeira dos valores a serem pagos terá como base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, contados desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento.

5.7. Para fins de pagamento, a CONTRATADA, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da CONTRATADA. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

5.8. Para fins de adjudicação, homologação e empenho, o preço do item poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação para menos, resultante da necessidade de serem obtidos valores unitários com até duas casas decimais, sendo que serão desconsideradas todas as casas posteriores à segunda.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

6.1. As despesas decorrentes da execução do objeto, estão programadas em dotações orçamentárias prevista no orçamento municipal para o exercício de 2024.

- ✓ 6 - 14.001.08.244.0014.2069.3.3.90.00.00 Manutenção Geral do Fundo de Assistência Social 1.500.0000.1000
- ✓ 9 - 14.001.08.244.0014.2116.3.3.90.00.00 Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar 1.500.0000.1000
- ✓ 12 - 14.001.08.244.0014.2123.3.3.90.00.00 Bloco de Proteção Social Básica 1.660.0000.1351
- ✓ 16 - 03.001.04.122.0003.2008.3.3.90.00.00 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças 1.500.0000.1000
- ✓ 25 - 03.001.06.182.0031.2128.3.3.90.00.00 Manutenção da Defesa Civil 1.500.0000.1000
- ✓ 27 - 03.001.06.182.0031.2131.3.3.90.00.00 Manutenção do Convênio com o Corpo de Bombeiros Militar 1.500.0000.1000
- ✓ 62 - 04.001.26.782.0018.2017.3.3.90.00.00 Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem 1.500.0000.1000
- ✓ 72 - 04.004.15.451.0022.2020.3.3.90.00.00 Manutenção do Departamento de Obras e Urbanismo 1.500.0000.1000
- ✓ 79 - 05.001.20.606.0023.2046.3.3.90.00.00 Manutenção do Departamento de Agricultura 1.500.0000.1000
- ✓ 81 - 05.001.20.605.0023.2062.3.3.90.00.00 Manutenção da Patrulha Agrícola Mecanizada 1.500.0000.1000
- ✓ 105 - 06.003.13.392.0027.2052.3.3.90.00.00 Manutenção do Departamento de Cultura 1.500.0000.1000
- ✓ 113 - 07.001.12.361.0007.2034.3.3.90.00.00 Manutenção do Transporte Escolar 1.500.1001.1010
- ✓ 117 - 07.001.12.361.0007.2036.3.3.90.00.00 Manutenção do Departamento de Ensino Fundamental – Outros Recursos 1.500.1001.1010
- ✓ 128 - 07.002.12.365.0007.2039.3.3.90.00.00 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil - Pré-Escola - Outros Recursos 1.500.1001.1010
- ✓ 153 - 07.006.12.361.0007.2035.3.3.90.00.00 Manutenção da Secretaria de Educação 1.500.1001.1010

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE E REALINHAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irajustáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento em apresentado pela proponente.

7.2. Após o intervalo de 12 (doze) meses, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.1. O reajuste deverá ser pleiteado, protocolado no Departamento de Compras e de Licitações do Município, até o término do contrato ou até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não for de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito ao reajuste.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste ou a repactuação de preços previstos no próprio contrato serão realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA PROPONENTE VENCEDORA

- 8.1. A CONTRATADA cumprirá todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.1.1. Enviar as apólices, de forma eletrônica e impressa, de acordo com prazo e local fixados no Termo de Referência, e cumprir com as condições nela estabelecidas;
- 8.1.2. Considerar os preços propostos completos e suficientes para a execução do objeto desta contratação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de parte da CONTRATADA;
- 8.1.3. Arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os serviços, objeto desta contratação;
- 8.1.3.1. Entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Termo de Referência;
- 8.1.4. Indenizar terceiros e ao CONTRATANTE os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação, em conformidade com o artigo 120 da Lei n.º 14.133/21;
- 8.1.5. Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado;
- 8.1.6. Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 8.1.7. Substituir as apólices em desacordo com as especificações do termo de referência;
- 8.1.8. Prestar informações sobre a execução dos serviços;
- 8.1.9. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 8.1.10. Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
- 8.1.11. Não subcontratar o objeto deste contrato, salvo esteja expressamente permitido no Termo de Referência;
- 8.1.12. Prestar a garantia contratual, manutenção e assistência técnica, caso exigida no Termo de Referência;
- 8.1.13. Atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos;
- 8.1.14. Apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de solicitação, documentação relativa aos empregados da CONTRATADA, resultante de ações judiciais, na qual o CONTRATANTE encontra-se no polo passivo da ação;
- 8.1.15. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 8.1.16. Informar ao setor financeiro da Secretaria requisitante, durante o período de vigência do contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.
- 8.1.17. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro. A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.
- 8.1.17.1. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.
- 8.1.18. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.
- 8.1.19. Pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 8.1.20. Efetuar o pagamento das indenizações, quando ocorrer sinistro envolvendo os veículos segurados;
- 8.1.21. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e seus anexos;
- 8.1.22. A Empresa Vencedora deverá aceitar eventuais inclusões de veículos que venham a ser adquiridos pelo Contratante, com as coberturas definidas pelo Contratante, nos moldes do previsto no objeto do Termo de Referência.
- 8.1.22.1. Havendo inclusão na apólice, a Contratada terá direito ao recebimento do valor devido, proporcional ao valor de um veículo, nas características da inclusão.
- 8.1.23. A Empresa Vencedora fica ainda obrigada a transferir o seguro de um veículo para outro, no caso de novas aquisições pelo contratante, caso este venha julgar que a transferência seja mais vantajosa.
- 8.1.24. Para cada item segurado corresponderá um bônus individual, no caso de renovações. A contratada deverá informar ao Contratante, por escrito, a classe de bônus de cada veículo segurado e o percentual do bônus de cada item, com 30 (trinta) dias de antecedência do término da vigência da apólice.
- 8.1.25. Ao final do contrato a CONTRATADA se compromete a enviar cotação de preços para a CONTRATANTE para colaborar em futuro processo de licitação ou inexigibilidade.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 9.1. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- 9.2. Receber as apólices e lavrar termo de recebimento provisório. Se as apólices não estiverem de acordo com as especificações do CONTRATANTE, rejeitá-las, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o termo de recebimento definitivo;
- 9.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre erros de digitação ou incoerência de informações que possam ser identificadas nas apólices, para que sejam realizadas as devidas correções;
- 9.4. Comunicar à Contratada a ocorrência de quaisquer sinistros, durante a vigência do Contrato a ser firmado.
- 9.5. Fornecer à Contratada todas as informações necessárias em relação aos veículos segurados.
- 9.6. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.
- 9.7. Aplicar à empresa vencedora as penalidades, quando for o caso.
- 9.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente à prestação dos serviços de seguros de veículos, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência
- 9.9. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, caput).
- 10.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, caput).
- 10.2.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 1.º).
- 10.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).
- 10.3. A CONTRATADA será obrigada a substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei n.º 14.133/21, art. 119).
- 10.4. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei n.º 14.133/21, art. 120).
- 10.5. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei n.º 14.133/21, art. 121, caput).
- 10.5.1. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei n.º 14.133/21, art. 121, § 1.º).
- 10.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, § 2.º).
- 10.7. O CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (Decreto Municipal n.º 3.000/2023).
- 10.8. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do fornecedor, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (Decreto Municipal n.º 3.000/2023).
- 10.9. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 10.9.1. O recebimento das apólices deve ser aprovado pela fiscalização após o respectivo fornecimento.
- 10.9.2. O relatório deverá ser elaborado pela CONTRATADA e conter, obrigatoriamente, o descritivo e o quantitativo referente a cada fornecimento de apólices.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1. Vedada à subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI N. 13.709/2018 (LGPD)

- 12.1. A CONTRATADA fica obrigada a:
- cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
 - cumprir com o estabelecido pelo CONTRATANTE para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;
 - guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive civil e penal;
 - não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;
 - notificar o CONTRATANTE em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
 - fornecer informações úteis ao CONTRATANTE sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;
 - implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

- 13.1. A contratação vigorará por 12 meses, contado(s) da data de publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e poderá ser prorrogada na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/21.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

13.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

- a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;
- b) demonstração de que o valor da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- c) manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES

14.1. A Fornecedora será responsabilizada administrativamente, de acordo com o que estabelece o art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e conforme processo administrativo descrito no art. 70 e seguintes do Decreto Municipal nº 3.000/2023, pelas seguintes infrações:

- 14.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 14.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 14.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 14.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 14.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 14.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 14.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 14.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 14.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 14.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.12. praticar ato lesivo previsto à administração pública nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- 14.1.13. deixar de apresentar amostra quando solicitado;

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

14.2.1. advertência, que será aplicada quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.2. multa a ser aplicada da seguinte forma:

14.2.2.1. Multa de Mora:

a) O atraso no prazo de execução das etapas previstas no Cronograma Físico-financeiro por até 90 (noventa) dias implicará multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, por dia corrido de atraso.

b) Acima de 90 dias de atraso, será aplicada a multa de mora fixa de 10% (dez por cento) do valor da fase, etapa ou parcela do serviço.

c) A aplicação de multa de mora poderá, nos termos do instrumento convocatório ou do contrato, ser concomitante com as multas por inexecução total ou parcial do contrato ou com as outras sanções de que trata a Lei.

d) A Administração, considerando a conveniência e a oportunidade, poderá rescindir o contrato ou anular a Nota de Empenho, em virtude de atraso superior a 90 (noventa) dias corridos.

14.2.2.2. Por inexecução total ou parcial do objeto contratado:

a) Poderá ser aplicada multa por inexecução parcial do ajuste no valor de 2% (dois por cento) do valor do Contrato e, quando for o caso pelo valor do Item não cumprido, caso a Contratada descumpra qualquer condição ajustada no contrato, ou da Nota de Empenho/Autorização Fornecimento/Ata de Registro de Preços.

b) Quando a Contratada der causa à rescisão, será aplicada a multa por inexecução total do ajuste de 20% (vinte por cento) do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da multa de mora ou das demais sanções de que trata a Lei.

14.2.3. impedimento de licitar e contratar;

14.2.3.1. A sanção prevista neste sub item será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito desta prefeitura, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.2.4.1. A sanção prevista neste sub item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no sub item 14.2.3, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos do Brasil, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.2.3. Indenizações e multas.

15.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art.131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DOS CASOS OMISSOS

17.1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Itaiópolis, para dirimir questões oriundas do presente contrato, com a renúncia expressa de outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justa e contratada, assinam o presente Contrato de igual teor e forma.

Itaiópolis, de de 2024

MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS
MOZART JOSÉ MYCZKOWSKI
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA